

SALÁRIOS

Contracheques turbinados

Ministério Público aciona o Tribunal de Contas da União para barrar remuneração extraordinária de militares da ativa, em 2020

» TAÍSA MEDEIROS

Um levantamento divulgado pelo deputado federal Elias Vaz (PSB-GO) evidenciou que vários militares da ativa, inativos e pensionistas receberam, em 2020, supersalários na forma de remuneração extraordinária que chegam a ultrapassar a casa de R\$ 1 milhão. O grupo inclui aliados do presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), como o candidato a vice na chapa de reeleição e ex-ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, o ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque, e o atual ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Luiz Eduardo Ramos.

Ciente da denúncia, o Ministério Público (MP) acionou o Tribunal de Contas da União (TCU) para barrar o pagamento dos contracheques turbinados. Para o MP junto ao TCU, os pagamentos afrontam princípios da administração pública, mesmo com base legal.

“Ainda que fosse possível argumentar, de alguma maneira insondável, a compatibilidade dos pagamentos feitos com o princípio da legalidade, os pagamentos em questão permaneceriam incabíveis dada a total insensatez do período em que foi realizado (pandemia em que a população brasileira sofreu elevadas perdas econômicas), sendo completamente contrário às boas práticas administrativas, ao princípio da eficiência e ao interesse público”, argumentou o procurador Lucas Furtado, autor da representação.

Sem explicações

Elias Vaz apresentou, ontem, um requerimento ao ministro da Defesa, general Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, pedindo explicações sobre os pagamentos. De acordo com o relatório, Braga Netto recebeu, nos meses de março e junho de 2020, além do salário mensal, o valor bruto de R\$ 925.950,40.

No entanto, o campeão entre os ministros militares de Bolsonaro foi o almirante Bento Albuquerque, que ocupou o Ministério de Minas e Energia entre janeiro de 2019 e maio de 2022. Nos meses de maio e junho de 2020, ele recebeu, além do salário, R\$ 1.037.015,42.

Já o pagamento de valores extraordinários ao ministro-chefe

Pagamento generoso

General Walter Souza Braga Netto:

- Remuneração básica bruta: R\$ 492.462,01;
- Férias: R\$ 119.996,72;
- Verbas Indenizatórias registradas em sistemas de pessoal militar: R\$ 313.491,67
- Total bruto: R\$ 925.950,40

Almirante Bento Albuquerque:

- Remuneração básica bruta: R\$ 709.041,47;
- Férias: R\$ 59.631,63;
- Verbas Indenizatórias registradas em sistemas de pessoal militar: R\$ 268.342,32
- Total bruto: R\$ 1.037.015,42

General Luiz Eduardo Ramos:

- Remuneração básica bruta: R\$ 101.572,05;
- Férias: R\$ 92.508,64;
- Verbas Indenizatórias registradas em sistemas de pessoal militar: R\$ 537.798,74
- Total bruto: R\$ 731.879,43

da Secretaria-Geral da Presidência, general Luiz Eduardo Ramos, ocorreu nos meses de julho, agosto e setembro de 2020. A soma, além do salário mensal, atingiu R\$ 731.879,43 em valores brutos.

“É estardalhaço que, em um ano tão difícil para o nosso país como foi 2020, no auge da pandemia da covid-19, quando o governo limitou o pagamento de auxílio emergencial a quem estava passando fome, um grupo de privilegiados tenha recebido valores milionários além do salário. É um tapa na cara do povo brasileiro”, diz o deputado.

No requerimento, o deputado pede o detalhamento dos pagamentos extraordinários, feitos em quatro frentes: remuneração básica bruta, férias, outras remunerações eventuais e verbas indenizatórias. “A nossa preocupação é que Bolsonaro esteja utilizando esses benefícios como instrumento de cooptação de alguns setores das Forças Armadas, representando uma ameaça à democracia. Estamos atentos a qualquer ação nesse sentido”, destacou Elias Vaz.

Procuradas para dar explicações, as Forças Armadas não responderam aos questionamentos da reportagem até o fechamento desta edição.

EVARISTO SA



Candidato a vice-presidente na chapa de Jair Bolsonaro, general Braga Netto foi um dos militares que receberam supersalários em 2020

Policiais federais criticam vetos à LDO

As categorias de policiais federais manifestaram descontentamento contra o veto do presidente Jair Bolsonaro (PL) à previsão de reajustes salariais e reestruturação de carreiras que constava da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2023, sancionada ontem.

Apesar do aceno constante às categorias no discurso, Bolsonaro acabou por contemplar apenas as Forças Armadas, que é a categoria de origem do presidente — capitão reformado do Exército —, irritando as corporações policiais federais. No primeiro semestre deste ano, integrantes de associações e sindicatos policiais promoveram uma série de manifestações com pedidos de recomposição salarial, ajuste na política de diárias e reestruturação de carreiras (cargos e funções).

Na avaliação de Luciano Leiro, presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), o veto de

Bolsonaro é uma “sinalização de desvalorização” dos agentes policiais pagos pela União. “Recebemos com preocupação a notícia do veto por parte do presidente da República. Enquanto outras carreiras jurídicas sinalizam aumentos para seus membros em 2023, o governo federal aponta no sentido oposto para os policiais. Acreditamos que o assunto ainda será debatido, e estamos trabalhando para que o veto seja derrubado. Contudo, essa é mais uma sinalização de desvalorização dos policiais federais e demais profissionais da segurança pública da União por parte do governo”, disse Leiro.

O presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (Fenadepol), Tania Prado, reforçou o discurso de desvalorização das corporações. “O veto presidencial reforça aquilo que já havia sido constatado nos últimos meses: que este governo não valoriza as polícias

da União e tem por método utilizar um discurso falacioso como pretexto para nunca avançar no real fortalecimento das forças de segurança pública”, declarou.

Em nota, a Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapef) declarou que o sentimento é de “decepção e abandono”. A entidade diz que “os policiais federais esperavam uma posição diferente do presidente da República” que, “mais uma vez, descumpre o prometido”.

Também foram afetados pelos vetos os servidores da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Em nota, a União dos Profissionais de Inteligência de Estado da Abin (Intelis) lamentou os cortes na previsão de reestruturação das carreiras da agência. “A negociação para a inclusão dessa autorização ocorreu de modo transparente e inclusivo no âmbito do Congresso Nacional, e visava corrigir injustiças que já se acumulam há

mais de uma década de perdas salariais significativas.”

Salário mínimo

Os vetos de Bolsonaro à LDO 2023, agora, serão apreciados pelo Congresso Nacional, ainda sem data definida. Integrantes da área de segurança pública articularam com lideranças do governo no Congresso a reinserção das reivindicações vetadas na peça orçamentária.

Entre os pontos mantidos na LDO está o aumento do salário mínimo para R\$ 1.294 no ano que vem. O percentual de reajuste — 6,77% — é inferior à inflação prevista para este ano. Bolsonaro também ratificou as emendas de relator, conhecidas como orçamento secreto — recurso usado pelo governo para atender interesses políticos da base aliada no Congresso Nacional com empenhos bilionários de recursos públicos.

PODCAST DO CORREIO

"Seguríssimo", diz Marco Aurélio sobre urnas

» LUANA PATRIOLINO

Convidado do *Podcast do Correio*, o ministro aposentado Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou que tem total confiança no processo eleitoral brasileiro. Aos jornalistas Denise Rothenburg e Carlos Alexandre de Souza (**foto**), o magistrado comentou sobre o cenário político polarizado do país e ainda contou um pouco da rotina que leva após deixar a cadeira que ocupava na mais alta Corte do país.

As urnas eletrônicas são alvo de críticas constantes do presidente Jair Bolsonaro (PL), que alega, inclusive, que houve fraude em eleições passadas. Marco Aurélio Mello, que comandou o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por três ocasiões, destacou que tem confiança na segurança tecnológica das máquinas. “Confio totalmente. Eu não fui o idealizador da urna eletrônica, vou dar o crédito para quem merece, o ministro Carlos Antônio Velloso, meu antecessor. Mas, eu presidi, em 1996, as primeiras eleições informatizadas quando era uma incógnita o resultado do sistema. E, de 1996 para cá, nós não tivemos uma impugnação minimamente séria acolhível”, ressaltou.

Mello ainda citou uma certa incoerência no discurso do chefe

do Executivo — que foi eleito justamente por meio das urnas que tanto critica. “O que eu posso afiançar, porque eu estive no Tribunal Superior Eleitoral quatro vezes, três como presidente, é que o sistema é seguríssimo e nós não podemos desacreditá-lo. Eu penso que, de certa forma, é um ato falho do presidente tentar desmerecer o sistema da urna. Qual foi o sistema mediante o qual ele logrou a eleição? Urna eletrônica”, pontuou.

O ministro destacou o clima polarizado no país em relação à política. “Está (polarizado) porque cada qual tem o seu estilo. O estilo do atual presidente é esse. Parece que ele busca crises. Mas ele foi eleito com cerca de 45 milhões de votos e é o presidente de todos nós. Precisamos observar as regras do jogo”, destacou.

Sobre sua preferência nas eleições de outubro, Marco Aurélio Mello disse que quer evitar a polarização, mas, em um eventual segundo turno entre Bolsonaro e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ficaria com a reeleição do atual chefe do Executivo. “Eu penso que o ex-presidente foi presidente durante oito anos. Ele deu as cartas durante seis anos com a ex-presidente Dilma e já prestou relevantes serviços ao país. Eu votaria no

Ana Dubeux/CB



Bolsonaro, mas vamos aguardar para ver se é isso mesmo que teremos. Agora, no primeiro turno, votarei em quem estiver no terceiro lugar”, garantiu.

Arrependimento

Marco Aurélio Mello se aposentou em julho do ano passado, após 31 anos de trabalho como ministro do STF Longe da toga, o magistrado relatou que, agora,

se dedica à família, mas segue trabalhando. “Eu me considerei melhor juiz nos últimos anos de mágicatura do que eu fui antes. Porque o aperfeiçoamento é infindável. Em relação, principalmente, às Cortes Superiores e ao Supremo, eu sou favorável à vitaliciedade, mas a vitaliciedade no Brasil é mitigada”, disse.

“A toga não faz falta. Eu estava muito pronto para sair em 2016, aos 70 anos, mas veio a PEC da

Bengala. Um dia, indagado por um jornalista se, com a PEC, eu continuaria, respondi: desde que eu não precise de uma bengala [risos].”

Perguntando sobre o manifesto pela democracia, o ministro revelou que se arrependeu de ter assinado a carta da USP. “Eu li o texto e achei muito razoável porque apenas ressalta, em si, a democracia, e também a valia do sistema eletrônico de votação”, respondeu.

“A partir do momento que deram à carta uma conotação política, inclusive com a subscrição de candidatos, até de presidenciais, eu me arrependi de ter assinado essa carta. Pensei que fosse algo elaborado apenas para a apresentação de pessoas da área do direito”, explicou Mello.

A íntegra da entrevista com o ministro aposentado está disponível nas redes sociais do **Correio**.



Clique no QR Code e confira a íntegra da entrevista